COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.762, DE 2000

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que “dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo e dá outras providências”, para permitir a movimentação do saldo da conta vinculada pelos titulares de contas atingidos por calamidade pública.

Autor: Deputado EDUARDO CAMPOS

Relator: Deputado CANDINHO MATTOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.762, de 2000, de autoria do Nobre Deputado Eduardo Campos, visa permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS quando o titular da conta sofrer comprovados danos resultantes de estado de calamidade pública, devidamente decretado por autoridade competente.

Em sua justificção, o autor alega que o projeto está em consonância com a finalidade social do Fundo que é de permitir aos titulares das contas a possibilidade de utilizar o saldo disponível para reconstruir os seus patrimônios destruídos por intempéries.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado, em 1966, com os seguintes objetivos: assegurar ao trabalhador a formação de um pecúlio relativo ao seu tempo de serviço, garantir os meios para as empresas efetuarem as indenizações devidas aos trabalhadores dispensados sem justa causa, bem como formar fundo de recursos para o financiamento de programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

O trabalhador ou seus dependentes podem movimentar sua conta vinculada no FGTS, além do caso de desemprego involuntário, nas seguintes situações:

- Término do contrato por prazo determinado;
- Aposentadoria;
- Suspensão do Trabalho Avulso;
- Falecimento do trabalhador;
- Quando o trabalhador for portador do vírus HIV;
- Quando o trabalhador ou seu dependente for acometido de Neoplasia maligna (câncer);
- Permanência da conta sem depósito por três anos ininterruptos;
- Rescisão do contrato por culpa recíproca, força maior ou por extinção total ou parcial da empresa;
- Utilização na compra da casa própria;
- Aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidas pela Lei nº 6.385/76, permitida a utilização máxima de 50% do saldo de sua conta vinculada no FGTS.

Portanto são inúmeras as hipóteses de movimentação da conta vinculada nas quais poderá ser incluído o trabalhador prejudicado pela seca: em caso de desemprego, por exemplo.

Outrossim a grande maioria das pessoas, vítimas da seca, vive em estado de indigência, sem emprego e, portanto, sem conta vinculada no FGTS para movimentar, o que tornaria o projeto inócuo.

Ademais, quanto maior for a disponibilidade de recursos do FGTS destinados às obras de infra-estrutura nos Estados e nos municípios, melhores serão as condições de vida da população atingida pela seca, o que não ocorrerá se forem criadas hipóteses de saque do saldo da conta vinculada.

Ante o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.762, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado CANDINHO MATTOS
Relator